



1ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO MUNICÍPIO -----

2Ao dia 1º do mês de julho de dois mil e dezenove, às dezenove horas e quinze minutos, no
3Auditório do Gabinete, foi realizada a 60ª Reunião Ordinária do Conselho do Município de
4Bauru, CMB. Estiveram presentes e assinaram a lista de presença os seguintes membros por
5segmento da sociedade: **A) REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO:** Natasha Lamônica
6(Titular, PMB – SEPLAN); Letícia Rocco Kirchner (Suplente PMB, Seplan), Bárbara Zaneti de
7Carvalho (Titular, PMB - SEPLAN); Samira de Almeida S. da Silva (Suplente, PMB – SEPLAN);
8William Conte (Titular, PMB – OBRAS); Keila Priscila Venturelli de Souza (Titular, PMB –
9SEMMA), Otaviano Alves Pereira (Titular, PMB – SAGRA); Chahida Jaqueline Obeid (Titular,
10PMB – SEBES), Rafael Nunes Rosalin (Titular, PMB – SMDE); Heber Soares Vieira (Titular,
11PMB – DAE); José Pili Cardoso Filho (Suplente, PMB – EMDURB); Maria José Majô Jandreice
12(Suplente, PMB – GABINETE), Franciele Edilaine Eloy da Silva (Titular, PMB - Saúde), **B)**
13**REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR** - Luiz Daré Neto (Titular – IES –
14FEB/UNESP). **C) REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DE CLASSE** - Giovanna Gândara Gai
15(Titular - OAB), Alfredo Neme Neto (Titular – ASSENAG); Ângelo Joaquina Neto (Titular –
16SINDUSCON); Marcio Antônio Tonim Colim (Titular – IAB); Fernando César Pegorin (Titular –
17SECOVI); Bruno Pegorin Neto (2º Suplente - SECOVI); **D) ONG'S** - Maria Izabel Merino de
18Medeiros (1º Suplente FÓRUM PRÓ BATALHA); **C) REPRESENTANTES DA COMUNIDADE** -
19**SETORES URBANOS:** Alfredo Cirne Moreira (Titular, Setor 1); José de Souza Lopes Junior (2º
20Suplente, Setor 1); Emilio Alfredo Moreira Viegas (Titular, Setor 2); Mauro Machado Giglio
21(2º Suplente, Setor 2); Fábio Franco Novaes (Titular, Setor 3); Edmilson Queiroz Dias (2º
22Suplente, Setor 3); Clodoaldo Antonio Galvão (1º Suplente, Setor 4); Andreia Almeida
23Ortolani (2º Suplente, Setor 4); Paulo Roberto da Silva Ramos (Titular, Setor 5); Nelson
24Ribeiro da Silva (1º Suplente, Setor 5); José Fernando Redondo Mendes (Titular, Setor 6);
25Ricardo Alexandre Pereira (Titular, Setor 7); Rafael Idalgo Cardoso (Titular, Setor 9); Lucileia
26Aparecida Orestes (1º Suplente, Setor 10); Juliana Corradini (2º Suplente, Setor 11); Edson
27Valentin Freitas Filho (Titular, Setor 12); Tania Kamimura Maceri (1º Suplente, Setor 12);
28Gustavo Gandara Gai (2º Suplente, Setor 12). **SETORES RURAIS:** Nilton Carlos Pollice
29Scudeller (Titular – Bacia Hid. do Córrego Água Parada); **D) CONVIDADOS:** José Zonta Junior;
30Alexandre Tomé Zonta; Fabio Massaharu Wanishi; João Carlos Sakai; Rafael Dalio; Rogério
31Assis. **E) JUSTIFICARAM AUSÊNCIA:** Peter Ping Ho (1º Suplente, Setor 2); Klaudio Coffani
32Nunes (Titular – Fórum Pró Batalha); Gloria Maria Motta Lara (Titular – Gabinete); José
33Carlos Souza (Titular – Setor 8); Thiago de Andrade (Titular – Setor 11). **1) PALAVRA DO**
34**PRESIDENTE** – O presidente inicia a reunião, informando sobre a possibilidade de que todas
35as reuniões ordinárias e extraordinárias do CMB passem a ser filmadas, colocando o assunto
36para votação da plenária que deliberou positivamente sobre o assunto. O Conselheiro do
37Setor 12, Edson Valentin Freitas Filho, encaminhou e-mail à presidência, com as seguintes
38sugestões: **a)** Que as votações de qualquer matéria pela plenária, ocorra de forma nominal e
39**b)** Regulamentação do Fundo Gestor FMDU, para a fiscalização e gerenciamento da
40aplicação dos recursos das contrapartidas dos empreendimentos. Marcio esclareceu que o
41procedimento padrão adotado é o de contagem de votos da maioria, no entanto, qualquer
42um dos conselheiros que tenham direito a voto, poderá fazer a solicitação de que a mesma



43ocorra de forma nominal antes de se iniciar a votação, isso será submetido à plenária que
44poderá acatar ou não a solicitação. Com relação à regulamentação do Fundo, Márcio
45esclarece que é intenção dessa diretoria e de muitos conselheiros que tal regulamentação se
46efetive e medidas concretas serão tomadas. Também foi dado conhecimento da solicitação
47do conselheiro Ricardo Alexandre Pereira, representante do setor 7, no sentido de se
48convidar para a realização de palestras o Prof. Dr. Xaides Sampaio Alves e o Promotor
49Henrique Varonez de temas de interesse desse Conselho. Márcio relatou que de comum
50acordo com a diretoria e tendo em vista a importância de agregar conhecimento a todos, já
51fez informalmente contato com ambos, que de pronto sinalizaram positivamente e que de
52acordo com a possibilidade de agenda as mesmas serão realizadas. Porém deverá ser
53encaminhado solicitação sempre através de uma Instituição. Disse também que além dos
54palestrantes acima citados, outras pessoas e profissionais serão convidados, podendo
55inclusive ser organizado um evento para isso. **2) Esclarecimentos sobre processo de licitação**
56**para estudo do Plano Diretor e Lei de Zoneamento (pela Secretaria de Planejamento de**
57**Bauru – Letícia Rocco Kirchner)** – A Secretária de Planejamento Letícia Rocco Kirchner fez
58uma apresentação das decisões tomadas pelo executivo com relação ao processo da revisão
59do plano Diretor Participativo desde a metodologia, bem como a contratação de Assessoria
60Técnica que deverá ser composta por equipe multidisciplinar para auxílio nos
61levantamentos, leituras técnicas e comunitárias, audiências e propositura do ante projeto de
62Lei do Plano Diretor e Zoneamento. Esclarece que diante do tempo despendido nas ações
63iniciais frente a todos os conteúdos e mapeamentos relevantes para a revisão do Plano
64Diretor, considerando o prazo e equipe técnica necessários para essa execução, concluiu-se
65pela contratação da assessoria como opção mais adequada para assegurar a qualidade de
66resultados e produtos, compatíveis ao que a nossa cidade precisa e merece. Apresentou
67também as etapas de trabalho da revisão do Plano Diretor Participativo, explicando o que
68será realizado em cada etapa. Márcio falou sobre a importância de que os dados levantados
69durante o processo da revisão do Plano Diretor sejam mapeados, utilizando de
70geoprocessamento. Letícia esclareceu que os mapas que serão produzidos no Plano Diretor
71serão georreferenciados, mas que em função da especialidade do tema e para não restringir
72a participação na licitação, optaram por tratar do geoprocessamento em processo próprio,
73desvinculado do Plano Diretor, em momento seguinte. Alguns conselheiros se manifestaram
74no sentido que haja uma reavaliação pelo executivo, uma vez que faltam muitos dados e
75informações no município de forma sistêmica e pública, destacando que para se fazer um
76planejamento urbano com maior qualidade tem que se organizar um sistema público de
77geoprocessamento urbano como ocorre em muitas cidades no país. Letícia informou que no
78processo de revisão do Plano Diretor está prevista a implantação de um portal eletrônico
79público, onde mapas georreferenciados e informações serão disponibilizados para a
80população. Alguns conselheiros se manifestaram questionando a necessidade da
81contratação, discordando de maneira veemente desta proposta feita pela Secretária de
82Planejamento. A Conselheira Tânia solicitou o seguinte registro de fala: “A conselheira Tânia
83questionou o número de reuniões pré definidas para os setores de planejamento, ou seja, 23
84reuniões, tendo em vista a extensão territorial de cada Setor e a necessidade de que



85efetivamente a população participe, devendo o executivo incentivar e facilitar a participação, 86solicitou também que ao final do processo seja apresentado o projeto de Lei da revisão do 87plano Diretor e Zoneamento e que a discussão seja feita de artigo por artigo do texto e não a 88realização de audiências com apresentações de fundamentos e conceitos, salientou ainda 89que apesar da formação de um grupo de trabalho para iniciar as tratativas referentes à 90revisão do plano Diretor, na gestão passada, por meio de decreto com a nomeação de 2 91conselheiros, Marcio Colin e Angelo, nunca houve qualquer retorno ou informação ao 92conselho e criticou, uma vez que entende que até mesmo para chegar na metodologia e 93etapas o CMB, deveria ter participado”. O Conselheiro Nelson Ribeiro da Silva solicitou o 94seguinte registro de fala: “Pede a palavra o Conselheiro suplente setor 05 Nelson Ribeiro da 95Silva, porque a Seplan está contratando uma empresa, pois a Prefeitura tem quadro técnico 96para efetuar a Revisão do Plano Diretor. Em 2005 a Prefeitura fez o Plano Diretor com 97técnico existente, gastou apenas R\$ 7.000,00 (sete mil reais, com a contratação da 98Professora Doutora Ermínia Maricato. Porque o Prefeito falou em discurso em campanha iria 99valorizar os servidores. Outo fato que o Núcleo Gestor não pode ser contratado e nem 100licitado, porque tem de ser constituído com a participação do executivo, legislativo e a 101sociedade. E que os levantamentos das lideranças comunitárias têm de ser feitos pela Sear e 102não contratado. Uma cidade que pesquisei a Prefeitura LEME gastou R\$ 100.000,00 (cem 103mil) para revisar o Plano Diretor. Bauru quer gastar R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais).” 104Letícia esclareceu que os orçamentos levantados com diversos entes para subsidiar a 105contratação não demonstram os valores apontados pelo conselheiro e observou que o 106processo de revisão de Bauru irá contemplar conteúdo denso que incluirá levantamentos, 107mapeamentos, elaboração de diagnóstico, oficinas, audiências setoriais, audiências 108temáticas e gerais, além da revisão completa da lei de uso e ocupação do solo, conforme 109consta do Termo de Referência da contratação. Informou ainda que a licitação permitirá a 110contratação da proposta que for mais econômica aos cofres públicos, havendo expectativa 111de que o valor contratado seja inferior à estimativa máxima da licitação. O Conselheiro 112Ângelo Joaquina observou que R\$100.000,00 pode representar um custo alto para o 113Município se o recurso não for bem empregado, mas R\$700.000,00 pode se tornar um custo 114pequeno para o Município, se for bem investido e capaz de trazer o retorno desejado, 115concluindo que a importância está na forma como cada recurso é utilizado. A plenária não 116votou se aprova ou não e nem deliberou por apoiar esta estratégia da SEPLAN. **3) 1º ano da 117divulgação do projeto de revitalização da região central de Bauru com o projeto da FAAC/ 118Unesp: Atualização sobre os desafios, apoios e barreiras** – A pedido da Diretoria do CMB, 119professores da FAAC, foram convidados a retornarem ao Conselho para informar a atual 120situação do projeto de revitalização da área central, apresentado há aproximadamente um 121ano atrás. O projeto consiste em promover a ocupação formal de prédios abandonados ou 122subutilizados, transformando-os em moradias para estudantes, em especial a comunidade 123unespiana, com a locação de imóveis, programas de revitalização urbanística, etc. A grande 124expectativa de sucesso na implantação do projeto é a convergência do interesse dos 125proprietários e a necessidade de moradia dos estudantes. O centro se torna atrativo pelas 126facilidades de transporte coletivo, comércio e serviços à disposição. A professora Silvana,



127esclareceu que durante o ano após a apresentação do projeto ao prefeito e ao CMB, que a
128divulgação realizada há um ano gerou muitas manifestações de apoio, porém não tiveram
129continuidade e que é preciso apoio da Prefeitura, dos proprietários e interessados do centro
130da cidade. Ela informou que outros municípios se interessaram no projeto, sendo que em
131Jaú, o projeto já se encontra em fase implantação. Vários conselheiros se manifestaram
132favoravelmente, não só no sentido de apoiar mas de participar mais diretamente no sentido
133de efetivação do projeto. Letícia falou sobre a existência de uma comissão criada para
134promover a revitalização do centro em especial da Batista e citou a importância de unir os
135grupos para trabalharem juntos. Esta nova gestão 2019-2021 do CMB reiterou o interesse
136em apoiar a iniciativa e ficou de colocar em contato a Unesp com o grupo de estudo de
137revitalização do Centro de Bauru. O Conselheiro Nelson Ribeiro da Silva solicitou o seguinte
138registro de fala: “Pede a palavra o Conselheiro suplente setor 05 Nelson Ribeiro da Silva,
139perguntou para os Professores da Unesp se haveria a possibilidade de revisar o Plano Diretor
140de Bauru, a professora palestrante respondeu que era só fazer o convite que a Unesp está
141disposição.”

**4) Apresentação das propostas de criação de grupos de estudo temático para
142desenvolvimento da cidade de Bauru** – O Presidente Marcio Colim informa a criação de
143grupos de estudo temáticos da Câmara Técnica, esclareceu que os conselheiros podem
144participar de um ou mais grupos de estudo. A conselheira Tania Maceri, esclareceu também
145que o principal objetivo na criação dos grupos de estudo é possibilitar participação efetiva
146do Conselho a partir do conhecimento, especialmente no processo do Plano Diretor. Disse
147ainda que cada grupo contará com um coordenador e será formada uma comissão com
148membros da câmara técnica para acompanhar, definir metas e cronogramas, procedimento
149e dar suporte aos coordenadores de cada grupo. Os conselheiros deverão encaminhar e-mail
150à secretária executiva manifestando o interesse em participar dos grupos temáticos.

151-----
1521- Grupo 1 (G1)- Instrumentos previstos no Estatuto da Cidades-----

153Estudo dos diversos Instrumentos previstos no Estatuto das Cidades, avaliação dos que fo-
154ram aqui aplicados na vigência do atual Plano Diretor. Avaliação de experiências bem-sucedidas
155das em outros municípios e que respeitadas as nossas características possam nos orientar.

1562- Grupo 2 (G2)- Zoneamento-----

157Estudo de conceitos e modelos de zoneamento para o enfrentamento de uma cidade susten-
158tável e inteligente. Quais as tendências, evolução do mercado, das relações de trabalho e de
159emprego que impliquem na elaboração da nova legislação de zoneamento.-----

1603- Grupo 3 (G3) -Mapeamento digital-----

161Tendo em vista a necessidade de mapeamento digital de inúmeros itens relacionamentos ao
162planejamento e levando-se em conta que por meio do CMB, o município se faz representa-
163do, propõe-se que esse grupo atue no sentido de criar mecanismos e propostas para que se
164jam elaborados mapas colaborativos.-----

1654- Grupo 4 (G4) -Estudos dos diversos Planos Municipais-----

166O Município possui vários planos Municipais que precisam ser conhecidos com mais profun-
167didade e divulgados, para que possam além de se tornarem efetivos, interajam com o novo
168Plano Diretor.-----



1695-Grupo 5 (G5)- Experiências de outros municípios bem-sucedidos em planejamento -----
170De modo geral, os municípios enfrentam problemas semelhantes e buscam soluções efeti-
171vas, alguns mais bem-sucedidos do que outros. O que se propõe como trabalho deste grupo
172é promover pesquisas de boas práticas de planejamento sustentável, especialmente em mu-
173nicípios de porte semelhantes ao nosso, que possam ser aqui aplicadas. -----

1746- Grupo 6 (G6)- Financiamento para o desenvolvimento urbano -----
175A questão financeira é fundamental para garantir a efetividade de qualquer plano, sem os
176devidos recursos, energia e tempo são desperdiçados. Assim é relevante o conhecimento e
177entendimento de como isso deverá ser conduzido. -----

1787- Grupo 7 (G7)- Regularização fundiária e de imóveis -----
179A irregularidade de imóveis, especialmente os comerciais, desencadeiam irregularidades em
180áreas como segurança e saúde, além da falta de documentos necessários ao seu funciona-
181mento. Existem também imóveis residenciais irregulares, que prejudicam e muito o mercado
182imobiliário bem como a arrecadação do município. -----

1838- Grupo 8 (G8) – Fundo de Desenvolvimento Urbano -----
184O Grupo deverá criar proposta de regulamentação do fundo, cuja criação se deu na edição
185do Plano Diretor Participativo.

1869- Grupo 9 (G9) – Estudo de Impacto de Vizinhança -----
187O Grupo avaliará a situação atual do EIV na cidade; estatísticas de contrapartidas e mitiga-
188ções; como estão sendo feitos em outras cidades do mesmo porte de Bauru, linhas de corte;
189processo e aprovação e erros de procedimento em cima da legislação atual. -----

190**5.1) Câmara Técnica de Análise de Processos, análise e deliberação: 54 Processos de IPTU**
191**Progressivo (processos nº: 72869/19; 72865/19; 72862/19; 72840/19; 72836/19; 72835/19;**
192**72834/19; 72832/19; 72830/19; 72828/19; 72826/19; 72667/19; 72419/19; 72425/19;**
193**72427/19; 72431/19; 72434/19; 72439/19; 72444/19; 72552/19; 72554/19; 72558/19;**
194**72563/19; 72568/19; 72574/19; 72577/19; 73898/19; 73908/19; 73922/19; 73927/19;**
195**73930/19; 73935/19; 73939/19; 73946/19; 73950/19; 73954/19; 73960/19; 73965/19;**
196**73968/19; 73976/19; 73979/19; 73983/19; 73987/19; 73992/19; 73996/19; 73999/19;**
197**74003/19; 74005/19; 74008/19; 74010/19; 74012/19; 74015/19; 60570/19; 60575/19)** - A
198arquiteta da Seplan Samira Silva apresentou as leis e decretos de regulamentação do PEUC
199(Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios) e IPTU Progressivo, inclusive sua apli-
200cação e prazos. A seguir apresentou os 54 processos a serem analisados, indicando sua loca-
201lização através de mapas. Após votação, a maioria do conselho votou favorável à continua-
202ção dos processos, para a notificação aos proprietários. **5.2) Câmara Técnica de Análise de**
203**Processos, análise e deliberação: Processo 76026/2018 – Estudo de Impacto de Vizinhança**
204**do Empreendimento Hyde Park, da empresa RRV** – O representante da empresa RRV, Rafa-
205el Dalio, fez a apresentação do empreendimento, apontando as características do empreen-
206dimento, localização, características do entorno e as mitigações e contrapartidas solicitadas
207pela prefeitura. A conselheira suplente do setor 4, Arquiteta Andreia Ortolani solicitou a pa-
208lavra para leitura de um documento de manifestação pessoal, redigido por ela. Foi comenta-
209do que a mesma – sem delegação de poderes para tal – usou papel com o timbre do CMB;
210escreveu um texto sugerindo ser ele um “Relatório da Câmara Técnica”, inserindo opiniões e



211citações pessoais e finalizando com sua assinatura individual, de maneira que aquele texto
212não reflete a posição da Câmara Técnica e, se não for aprovado pela plenária, também não
213reflete a opinião do CMB. De maneira que os conselheiros têm plena liberdade de dar voz a
214suas posições e percepções, mas não podem falar sozinhos pelo CMB, pois somente o Presi-
215dente tem tal prerrogativa e compete a plenária aprovar ou rejeitar posições e manifesta-
216ções relativas aos temas de interesse do Conselho. A Conselheira suplente defendeu vigoroso-
217samente que seu texto fosse anexado a ata da reunião. Após discussão, o entendimento da
218plenária é que o documento pode ser anexado, mas seu conteúdo tem que ser lido e subme-
219tido a deliberação de aprovação ou rejeição pela plenária. Então, o conteúdo do documento
220foi lido, conhecido por todos e o mesmo foi colocado em votação, sendo que a maioria da
221plenária votou contrária ao conteúdo do documento redigido e lido pela conselheira An-
222dreia. Assim, o texto – cujo conteúdo não foi aprovado pela plenária - segue anexo a esta
223ata. Em seguida, o presidente conduziu a votação sobre o EIV do empreendimento Hyde
224Park, sendo que a maioria dos conselheiros votou a favor da continuidade do processo. **6)**
225**Outros assuntos** – O presidente Marcio Colim fez uma apresentação para encaminhamento
226ao Executivo municipal, solicitando a participação do conselho no processo de revisão do
227PDP. Letícia observou que o Conselho do Município foi previsto como Núcleo Gestor do pro-
228cesso de revisão do Plano Diretor e que, diante do apresentado, caberia ao conselho decidir
229se prefere instituir uma comissão específica ou desenvolver sua função de Núcleo Gestor na
230sua configuração total de membros. Tânia lembrou que na gestão passada do conselho o
231CMB formou uma comissão para tratar do Plano Diretor formada pelos então conselheiros
232Marcio e Angelo, porém a Seplan nunca os chamou para discutir o assunto, muito menos
233com relação a decisão de contratar uma equipe externa para execução dos trabalhos relati-
234vos ao PDP. Letícia observou que a decisão da contratação de assessoria para apoiar o grupo
235executivo é um ato discricionário do Prefeito, mas que a metodologia de trabalho para a re-
236visão do Plano foi estruturada no Termo de Referência com possibilidade estratégica para se
237adaptar e compatibilizar necessidades populares, possibilitando se aprofundar em discus-
238sões temáticas ou demandas específicas. Colocado em votação, o conteúdo do ofício a ser
239encaminhado, requer em caráter de urgência - a imediata constituição de comissão para re-
240visão do Plano Diretor vigente, indicando a atual composição do Conselho do Município –
241em suas proporcionalidades, representações e diretoria já eleitas (e indicadas) - para compor
242esta comissão, revestindo este conselho no papel de coordenação e execução do processo
243participativo de elaboração do Plano Diretor, onde foi aprovado por unanimidade para ser
244oficiado o prefeito. O Conselheiro Paulo Roberto da Silva Ramos solicitou o seguinte registro
245de fala: **“O conselheiro Paulo Roberto da Silva Ramos - representante do Setor 5 salientou**
246**que uma Ata de reunião se refere a tudo o que acontece nesse espaço de tempo, ou seja,**
247**todos os detalhes dessa reunião devem ser minuciosamente descritos. Assim, deve constar**
248**a quantidade/nome dos representantes que tiveram voto contrários ao empreendimento.**
249**Como também deve estar nesse documento (Ata) a justificativa do voto , se for o caso. E se**
250**houver votação para esse tipo de procedimento seja inserido na Ata, deve da mesma for-**
251**ma constar na Ata também, visto que tal procedimento faz parte da reunião.”**

252



253Findos os trabalhos às 22h10 a reunião foi encerrada pelo Presidente que agradeceu a pre-
254sença de todos. Eu, Bárbara Zaneti de Carvalho, lavrei a presente ata que segue assinada por
255mim e pelos demais representantes da Diretoria Executiva do CMB.

256

257

258

259**Marcio Antônio Tonim Colim**

260Presidente

261

262

263**Klaudio Coffani Nunes**

264Vice-Presidente

265

266

267**Alfredo Cirne Moreira**

2681º Secretário

269

270

271**Giovanna Gândara Gai**

2722ª Secretária

273

274

275**Bárbara Zaneti de Carvalho**

276Secretaria Executiva